



INOVA | FECOMERCIO^{SP}

SISTEMA SINDICAL PATRONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO EM SÃO PAULO

DESCUBRA COMO A FECOMERCIO-SP E SEUS SINDICATOS

FUNCIONAM E POR QUE FAZEM A DIFERENÇA PARA AS EMPRESAS

INOVA O FUTURO DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL COMEÇA AGORA

O mundo dos negócios está evoluindo em ritmo acelerado. As empresas estão mais conectadas, os desafios são mais complexos e a representatividade sindical precisa acompanhar essa transformação.

Nesse contexto, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) criou o **Programa Inova** como a resposta para essa nova realidade. Esta iniciativa oferece as ferramentas, o conhecimento e o suporte estratégico para que os sindicatos se tornem mais relevantes, inovadores e indispensáveis para as empresas que representam.

Se a representatividade de ontem era baseada apenas em tradição, a de hoje e de amanhã é baseada em estratégia, tecnologia e influência real.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	4
1	A ORGANIZAÇÃO CONFEDERATIVA	7
2	SISTEMA CONFEDERATIVO DE REPRESENTAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO	13
3	ENTENDA O SISTEMA CONFEDERATIVO DE REPRESENTAÇÃO	18
4	SERVIÇOS DA FECOMERCIO-SP E SEUS SINDICATOS OFERTADOS ÀS EMPRESAS	21
5	SERVIÇOS INSTITUCIONAIS, ALÉM DE AÇÕES DE ADVOCACY E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO	26
6	SISTEMA S: SESC, SENAC E SEBRAE NA REPRESENTAÇÃO EMPRESARIAL	29
7	FONTES DE CUSTEIO MANTENEDORAS DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO EMPRESARIAL	33



INTRODUÇÃO



Conhecer a estrutura do Sistema Sindical do Comércio de Bens, Serviços e Turismo é imprescindível ao ingressar nesse ramo empresarial. Entender a sua composição, além da forma de organização das entidades integrantes e da capacidade de sua representatividade, é essencial tanto para que os empresários busquem apoio quanto para que eles obtenham esclarecimentos das dúvidas frequentes nesse universo dos negócios.

Por isso, este **e-book** foi elaborado de forma que ofereça bases para o entendimento de todo o sistema confederativo, explicando, inicialmente, o papel de todos os entes de representação do Comércio, seja a Confederação Nacional do Comércio (CNC), sejam as federações, sejam os sindicatos, sejam outros entes relacionados ao setor.

O material traz, ainda, uma explanação acerca do Sistema S, além de esclarecer de que maneira o empresário pode contar com o Sesc para a promoção da qualidade de vida de seus colaboradores; o Senac para a qualificação profissional; e o Sebrae para o apoio aos micro e pequenos empresários.

Dentre as seções temáticas desse conteúdo, o gestor também encontrará instruções sobre os serviços pres-

tados pela própria **FecomercioSP** e seus sindicatos, bem como informações a respeito das frentes institucionais — como a jurídica, exercida pelas ações de *advocacy* — e as Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs). Por fim, conhecerá as fontes de custeio que mantêm o sistema de representação empresarial do Comércio.

A FecomercioSP espera que esse detalhado material informativo ajude na compreensão dessa organização empresarial. Desejamos uma ótima leitura! ■



1

A ORGANIZAÇÃO CONFEDERATIVA



Antes de aprofundar o tema do funcionamento da organização confederativa, é importante entender que, por mandamento constitucional, cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, de acordo com o artigo 8º, parágrafo III, da Constituição Federal de 1988. Partindo desse importante pressuposto, destaca-se que o sistema sindical brasileiro está estruturado em duas representações:

- laborais, chamados de **sindicatos profissionais** ou de categoria profissional, que representam os interesses dos trabalhadores;
- patronais, conhecidos como **sindicatos econômicos** ou representantes da categoria econômica, defensores dos interesses das empresas.

Para as representações **laboral e patronal**, o sistema sindical brasileiro é composto por uma estrutura simétrica de pirâmide. Na base, estão os **trabalhadores** e as **empresas**; em seguida, vêm os **sindicatos**, que realizam a representação direta da categoria; depois, as **federações**, que representam a união dos sindicatos em nível estadual; e, por último, as **confederações**, que congregam as federações em âmbito nacional. Veja, a seguir, a ilustração do **sistema confederativo**.

CONFEDERAÇÕES

FEDERAÇÕES

SINDICATOS

EMPRESAS

Na base da pirâmide, encontram-se as **empresas**, atuantes nos mais variados setores. A união desses negócios, seja por categoria econômica (representação específica), seja por territorialidade (representação eclética), dá origem a uma **entidade civil** de representação sem fins lucrativos. Após a concessão de outorga governamental, chamada **carta sindical**, essas entidades estão autorizadas a realizar a representação sindical de primeiro grau.

O principal **diferencial** entre a atuação de uma entidade civil de representação empresarial e uma entidade sindical está no **mandamento constitucional**.

A Constituição Federal determina a participação obrigatória dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, conforme artigo 8º, parágrafo VI. Em suma, os sindicatos patronais, representantes das empresas de determinada categoria econômica, e os sindicatos laborais, representantes dos trabalhadores dessa mesma categoria, reúnem-se para discutir as normas que vão reger as relações de trabalho daquela categoria em um determinado período.

As federações têm as **funções principais** de:

- integrar e colaborar na representação em um determinado Estado ou região;
- desempenhar papel estratégico na representação coletiva, por ser uma entidade de segundo grau no sistema sindical brasileiro.

É relevante destacar que **sindicatos, federações e confederações** caracterizam-se como entidades autônomas, com poder diretivo próprio e liberdade de atuação.

Também é importante frisar que, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 611, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as federações representativas de categorias econômicas ou profissionais também podem celebrar CCTs para reger as relações das categorias vinculadas. Na prática, o legislador previu que, na ausência de representação de primeiro grau, fica a cargo da respectiva **federação** realizá-la, inclusive na celebração das normas coletivas de trabalho.

Por sua vez, a **confederação** é a entidade de terceiro grau no sistema sindical brasileiro que tem como principal

função representar, em âmbito nacional, as federações que integram uma mesma categoria econômica ou profissional. É o nível mais elevado de organização sindical no Brasil, atuando na articulação e na defesa de interesses coletivos em escala federal.

Em resumo, o **sistema confederativo** é fundamental para o **ambiente empresarial**, pois a sua razão de existir consiste em atuar na defesa e na promoção dos próprios interesses em âmbitos local, estadual e nacional. Assim, **organiza e articula** a representação em diferentes níveis, garantindo a **coesão** entre sindicatos patronais e federações para fortalecer a voz das empresas na formulação de **políticas públicas**, na atuação legislativa e nas **negociações coletivas de trabalho**. ■



2

SISTEMA

CONFEDERATIVO

DE REPRESENTAÇÃO

DO COMÉRCIO DE

BENS, SERVIÇOS

E TURISMO



Conforme o artigo 577 da CLT, o **sistema confederativo em questão** é composto por cinco grupos de atividades ou categorias econômicas. Confira a seguir.

1° GRUPO — COMÉRCIO ATACADISTA

2° GRUPO — COMÉRCIO VAREJISTA

3° GRUPO — AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO

4° GRUPO — COMÉRCIO ARMAZENADOR

5° GRUPO — TURISMO E HOSPITALIDADE

As atribuições das entidades que compõem o sistema confederativo são:

- **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC)** — representação em âmbito nacional;
- **FEDERAÇÕES DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO** — representação em âmbito estadual;
- **SINDICATOS** — detentores em primeiro grau dessas respectivas representações.

A FecomercioSP, integrante do Sistema Confederativo de Representação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, agrega em sua estrutura mais de 130 sindicatos patronais, que representam mais de 1 milhão de empresários do comércio de bens, serviços e turismo no Estado de São Paulo – respondendo por mais de 10 milhões de empregos e por, aproximadamente, 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.

4 Ps

A atuação conjunta da **FecomercioSP** e seus sindicatos filiados está fundamentada em quatro pilares de sustentação: presença, proximidade, protagonismo e pertencimento.

- A **presença** é a sua atuação com base nas bandeiras basilares do empresariado e nos princípios que regem a liberdade econômica.
- A **proximidade** significa estar ao lado dos empresários de todos os portes, oferecendo conhecimento e soluções relevantes para os negócios.
- O **protagonismo** consiste em liderar a transformação digital e criar um ambiente de negócios mais produtivo, inovador e sustentável.
- O **pertencimento** está em trabalhar de forma integrada e colaborativa com os sindicatos, criando uma rede efetiva para atingir resultados satisfatórios.

Nesse sentido, o uso de tecnologias integradas permite expandir fisicamente as operações por todo o Estado de São Paulo. Para isso, conta com a importante atuação das áreas de Marketing e Comunicação, que difundem a atuação do sistema para todos os representados. ■



3

ENTENDA

O SISTEMA

CONFEDERATIVO

DE REPRESENTAÇÃO



Ao contrário da filiação a uma entidade empresarial associativa, que é um ato de vontade da parte interessada, a **representação sindical é definida por lei**. No Brasil, vigora o princípio constitucional da unicidade sindical, conforme o artigo 8º, parágrafo II, que proíbe “*a criação de mais de uma organização sindical representativa de uma mesma categoria profissional ou econômica na mesma base territorial*”.

Assim, a **representação sindical** é determinada com base em dois critérios:

- a atividade preponderante da empresa;
- a localização territorial.

A **atividade preponderante** é legalmente definida como aquela que caracteriza a unidade de produto, operação ou objetivo final da empresa. Para a sua obtenção, todas as demais atividades convergem, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 581, da CLT. A **territorialidade** corresponde à localidade onde o estabelecimento comercial está sediado.

Ao considerar esses dois critérios e analisar as cartas sindicais das entidades que atuam na respectiva base terri-

torial, é possível identificar a entidade sindical que representa determinada empresa em âmbito patronal.

Não é demais lembrar que a **empresa** passa a agregar determinada categoria econômica a partir do registro de seus atos constitutivos¹ frente ao órgão competente. Depois disso, basta identificar qual **entidade sindical** a representa. Divergências nesse tópico facilitam o uso de normas coletivas incorretas, podendo resultar em prejuízos financeiros relevantes tanto para os **colaboradores** quanto para a própria **empresa**. Essa é a razão pela qual se faz fundamental realizar adequadamente o respectivo enquadramento. No Estado de São Paulo, a **FecomercioSP** faz esse serviço de modo **eletrônico e gratuito**, disponível pelo link <https://enquadramento.fecomercio.com.br/>.

¹ Ato constitutivo é o documento que formaliza a criação de uma pessoa jurídica como empresa.



4

**SERVIÇOS DA
FECOMERCIO-SP
E SEUS SINDICATOS
OFERTADOS
ÀS EMPRESAS**

São diversos os **serviços** prestados pelas entidades em prol das **empresas** representadas. No entanto, dois destacam-se por serem decorrentes de mandamentos constitucionais:

- ações de **advocacy** — representação direta e efetiva dos interesses das empresas frente ao **Poder Público**. Para a sua atuação, a FecomercioSP conta com uma equipe especializada que coordena o relacionamento permanente com os poderes **Executivo, Legislativo e Judiciário**, em todas as suas esferas, defendendo ativamente os interesses dos setores representados;
- **normas coletivas** — regem as relações entre **capital** e **trabalho**. Os sindicatos têm a prerrogativa exclusiva de legislar no âmbito do direito coletivo laboral. Nesse sentido, a **Reforma Trabalhista** de 2017, conforme a Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, trouxe à discussão o chamado **princípio do negociado sobre o legislado**, constando que as negociações pelos sindicatos sobrepõem-se ao estabelecido pela legislação trabalhista.

Esse princípio foi referendado pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)**, que, ao julgar o Recurso Extraordinário com

Agravo (ARE 1121633), confirmou a seguinte tese em sede de repercussão geral:

“São constitucionais os acordos e as convenções coletivas que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas. Isso independente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.” (Tema 1.046)

O **Direito Coletivo do Trabalho**, como o próprio nome sugere, consiste na reunião da categoria — por intermédio de uma assembleia — para deliberar sobre determinada ordem do dia. No caso das **negociações coletivas**, a categoria é convocada para definir os limites, as possibilidades e as solicitações patronais que sustentarão a construção da norma coletiva vindoura. Assim, a escuta perene dos interesses e das necessidades das empresas é fundamental, assim como os estudos mercadológicos, econômicos e legislativos que sustentam a melhor tomada de decisões.

De posse das decisões decorrentes das assembleias, é chegada a hora da **mesa de negociações**. Essa é a oportunidade em que os representantes sindicais dos trabalhadores e do patronato reúnem-se para apurar as divergências e

celebrar a **CCT**. Como instrumento legal, a convenção vai reger as **relações trabalhistas** daquela categoria dentro do prazo estabelecido, o qual não poderá ultrapassar o limite de dois anos, conforme parágrafo 3º, do artigo 614, da CLT.

Em países como o **Brasil**, onde prevalece um ambiente de **volatilidade econômica**, as negociações coletivas demandam dos sindicatos um nível cada vez mais elevado de **conhecimento técnico** e assertividade, pois é necessário entregar aos representados normas coletivas que atendam às reais necessidades de seus signatários — ou seja, pessoas ou entidades envolvidas e em concordância com determinado acordo.

Nesse contexto, a **FecomercioSP** e seus **sindicatos filiados** adotam como premissas:

- A MODERNIZAÇÃO;
- A SIMPLIFICAÇÃO E A DESBUROCRATIZAÇÃO DAS NORMAS COLETIVAS;
- A GARANTIA DE QUE EMPRESAS E CONTADORES POSSAM UTILIZAR ESSAS NORMAS COM CLAREZA E EFICIÊNCIA.

Diante disso, é importante que os **empresários** estabeleçam uma **relação** mais próxima com seus **representantes patronais**, apresentando reivindicações e necessidades de forma ativa e colaborativa. Essa participação pode ocorrer por meio de **assembleias** ou **reuniões** organizadas pelos órgãos de trabalho, espaços que permitem o diálogo direto e a construção de soluções alinhadas com os interesses das empresas. ■



5

**SERVIÇOS
INSTITUCIONAIS,
ALÉM DE AÇÕES
DE ADVOCACY
E CONVENÇÕES
COLETIVAS
DE TRABALHO**



Conforme mencionado, a **FecomercioSP** e seus **sindicatos filiados** oferecem uma série de serviços aos seus representados. Em âmbito **econômico**, estão disponíveis conteúdos orientadores e pesquisas que subsidiam o empresário na melhor tomada de decisões para o seu negócio. No ambiente **jurídico**, o assessoramento na aplicação adequada dos institutos trazidos pelas **CCTs** ganha destaque. Também produz pareceres e ações que embasam a representação, bem como ainda organiza palestras e eventos temáticos com empresários e contadores por todo o Estado de São Paulo.

Além disso, a **FecomercioSP** conta, em sua estrutura funcional, com **órgãos temáticos de trabalho**, compostos por empresários, líderes patronais e acadêmicos, voltados para a escuta, a discussão e o encaminhamento de demandas empresariais para a melhoria do ambiente de negócios. Algumas das temáticas abordadas por esses órgãos são: **Economia e Política, Direito, Tributação, Emprego e Relações do Trabalho, Sustentabilidade, Turismo, Economia Digital e Inovação, Varejo, Atacado e Serviços.**

Conheça, a seguir, outras temáticas tratadas pelos órgãos de trabalho defendidas pela **FecomercioSP** e seus sindicatos perante o Poder Público em 2024.

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

REFORMA TRIBUTÁRIA

AUMENTO DOS LIMITES DE ENQUADRAMENTO NO SIMPLES NACIONAL

REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

CUSTO DA INSEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL

PROPOSTAS DOS SETORES REPRESENTADOS ENCAMINHADAS AOS TRÊS PODERES EM TODAS AS ESFERAS GOVERNAMENTAIS



6

**SISTEMA S:
SESC, SENAC
E SEBRAE NA
REPRESENTAÇÃO
EMPRESARIAL**



Mantido pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, o **Sesc**, o Serviço Social do Comércio, é uma entidade privada que tem o objetivo de proporcionar **bem-estar** e **qualidade de vida** para os trabalhadores desse setor e suas famílias. No Estado de São Paulo, o Sesc conta com uma rede de mais de **40 unidades**, como centros destinados à cultura, ao esporte, à saúde, ao lazer e a ações sociais. Também prima pelo desenvolvimento infanto-juvenil, da terceira idade, do Turismo e de suas demais áreas de atuação.²

O **Senac**, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, por sua vez, é o principal agente de **educação profissional** voltado para o comércio de bens, serviços e turismo do País. Capacita para o trabalho de forma inovadora e inclusiva, potencializando a produtividade e a oferta de emprego e renda no Brasil.³

² Portal do Sesc São Paulo. Quem somos. Disponível em <https://portal.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/quem-somos/apresentacao/>. Acesso em 8 de janeiro de 2025.

³ Portal do Senac São Paulo. Sobre o Senac. Disponível em <https://www.sp.senac.br/sobre-o-senac>. Acesso em 8 de janeiro de 2025.

Por fim, o **Sebrae**, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, é a instituição que prepara os **micro e pequenos empresários** para obterem as condições necessárias para crescer e acompanhar o ritmo de uma economia competitiva.⁴ Atua como **parceiro institucional** da **FecomercioSP** e de seus sindicatos filiados, especialmente em ações como a **Loja do Futuro**, programa que oferece palestras sobre a importância da adaptação da loja física a esse novo momento do varejo, além de implementar ferramentas tecnológicas que otimizam a integração dos canais físico e digital.⁵

2 Portal do Sebrae-SP. Sobre o Sebrae-SP. Conheça o Sebrae.

Disponível em https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/quem_somos?codUf=26. Acesso em 8 de janeiro de 2025.

3 Agência Sebrae de Notícias. “Sebrae-SP lança Loja do Futuro em todo o Estado de São Paulo.” 25 de março de 2024. Disponível em <https://sp.agenciasebrae.com.br/inovacao-e-tecnologia/sebrae-s-p-lanca-loja-do-futuro-em-todo-o-estado-de-sp/>. Acesso em 8 de janeiro de 2025.

Considera-se que entidades como o Sesc, o Senac e o Sebrae desempenham papel substancial nos desenvolvimentos econômico, social, cultural, esportivo e educacional do Brasil. Por meio de suas iniciativas, essas instituições incentivam a qualificação profissional, o empreendedorismo e a inclusão social. Assim, contribuem diretamente para o bem-estar e a geração de oportunidades no fortalecimento da economia, atuando como pontes fundamentais entre o setor produtivo e a sociedade. ■



7

FONTES

DE CUSTEIO

MANTENEDORAS

DO SISTEMA DE

REPRESENTAÇÃO

EMPRESARIAL



A **Constituição Federal de 1988** autorizou a implementação de quatro contribuições para o custeio do sistema de representação. Conheça cada um deles na sequência.

1. **CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA** — como o próprio nome sugere, foi instituída para financiar a atuação do sistema confederativo de representação.

2. **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** — promove o custeio das atividades de representação propriamente ditas.

3. **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL** — subsidia a negociação coletiva de trabalho.

4. **CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA** — decorre pela vontade da parte interessada de se associar a determinada organização para usufruir de seus benefícios, sem contar a prerrogativa que as entidades detêm para impor valores que remunerem determinados serviços institucionais.

Atualmente, a **Contribuição Confederativa**, tratada no artigo 8º, parágrafo IV, da Constituição Federal, por decisão do STF, só é exigida dos filiados ao respectivo sindicato, tendo a mesma aplicação prática da **Contribuição Associativa**. Por sua vez, a **Contribuição Sindical**, que, antes da Reforma Trabalhista de 2017, era de pagamento obrigatório, tornou-se **facultativa** após as mudanças introduzidas pela referida legislação.

A **Contribuição Assistencial**, que até 2023 não podia ser cobrada de empregados não filiados ao sindicato, teve sua regulamentação **alterada** pelo STF. Em decisão com repercussão geral, o tribunal declarou constitucional a instituição de contribuições assistenciais, por acordo ou convenção coletiva, para todos os empregados da categoria, incluindo os não sindicalizados, desde que seja garantido o direito de oposição.

A tese fixada não faz referência à contribuição patronal, por um motivo plenamente justificável, pois o direito de oposição refere-se não à instituição da contribuição em si — respaldada, por lei, no artigo 513 da CLT —, mas ao seu desconto em folha realizado pelo empregador. Diferentemente dos trabalhadores que têm proteção contra

eventuais descontos nos salários, no caso das empresas, estas fazem o recolhimento por manifestação de vontade.

Conforme visto, toda negociação bem estruturada envolve custos com negociadores, advogados e outros profissionais. Como a norma coletiva negociada é aplicada a todas as empresas representadas pelo sindicato, associadas ou não, o recolhimento da **Contribuição Assistencial** por toda a categoria é indispensável, porque, além de viabilizar a isonomia, assegura a **celebração de acordos** que reflitam as reais necessidades do setor. ■



PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS
E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE

ABRAM SZAJMAN

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

IVO DALL'ACQUA JÚNIOR

SUPERINTENDENTE

ANTONIO CARLOS BORGES

